

Bloco propôs simplificação do subsídio social de mobilidade mas maioria mantém sistema de adiantamentos e reembolsos nos CTT

A proposta do Bloco para tornar as viagens dos Açores para o continente mais acessíveis e com um modelo mais simples – sem necessidade de adiantamentos e reembolsos – foi rejeitada hoje no parlamento. António Lima lamenta que se mantenha um modelo que obriga as famílias a adiantar centenas ou milhares de euros e que permite abusos e fraudes de milhões.

O deputado do Bloco considera que manter o atual modelo é uma “injustiça social” e não percebe como é possível que todos os partidos reconheçam que é necessário mudar o modelo, mas que ninguém apresente outras soluções.

“O que estão a fazer ao rejeitar esta proposta é dizer às pessoas que vão continuar a ter que adiantar 1000, 1500 ou 2000 euros para fazer uma viagem para o continente”, afirmou António Lima, que acrescentou que isso era “proteger situações de fraude e de abuso”.

A iniciativa do Bloco que foi hoje debatida visava garantir que os residentes dos Açores pagassem o máximo de 134 euros na compra de uma viagem para o continente – acabando com os adiantamentos de centenas de euros e com o sistema de reembolsos nos CTT – e colocava também um limite de 30 euros para a taxa de emissão de bilhete – impedindo os abusos que têm ocorrido, que lesam o Estado em milhões de euros.

Durante o debate, o governo de coligação PSD, CDS e PPM mostrou que não concorda com o atual modelo, mas foi incapaz de apresentar as soluções que defende.

No caso do PSD, a incoerência é enorme, já que no passado mês de fevereiro, em campanha eleitoral, o candidato Paulo Moniz defendia precisamente que os açorianos só deviam pagar 134 euros na compra do bilhete e que devia acabar o sistema de adiantamentos de centenas de euros para posterior reembolso, mas perante a proposta do Bloco que concretiza estas mesmas soluções, o PSD votou contra.

É uma “fraude política” do PSD, que em campanha promete uma coisa, mas depois não cumpre o que prometeu, acusou António Lima.

A proposta do Bloco foi rejeitada com os votos contra de PSD, CDS, PPM, CH e IL e com a abstenção do PS.

Esta é a segunda tentativa que o Bloco faz para alterar o subsídio social de mobilidade com o objetivo de “proteger o passageiro residente, simplificando um modelo com uma burocracia que é inconcebível manter-se em plena década de 20 do século XXI”.

“Não vamos desistir de alterar este modelo, seja aqui, seja na Assembleia da República”, disse o deputado António Lima.

Horta, 10 de abril de 2024